

# ESTRATÉGIAS PARA FINANCIAMENTO DO DESENVOLVIMENTO

O Boletim do PFC PPME e do PFC CPE



37ª Edição, 4º Trimestre de 2008

## Análise e Estratégia da Dívida PPME

Commonwealth: Fórum Ministerial de Sustentabilidade da Dívida	4
Honduras: política da dívida pública actualizada	5
MEFMI: experiência de ASD usando o QSD	6
20 anos de alívio da dívida: o que conseguimos?	7
Progressos PPME e situação da sustentabilidade da dívida	8
PPME: Actividades Recentes e Futuras	10
Perguntas Técnicas sobre o Alívio da Dívida	16

## Fluxos de Capitais Privados Estrangeiros

Actualizações do PFC CPE: financiamento deverá ser prolongado	12
PFC CPE conclui transferência do software genérico	13
Analisando a sustentabilidade dos capitais privados estrangeiros	14

# MINISTROS DAS A CRISE FINANCEIRA NÃO

**O 15º encontro dos Ministros das Finanças dos Países Pobres Muito Endividados (PPME) realizou-se em Washington a 10 de Outubro de 2008. O encontro foi co-patrocinado pelo Programa de Fortalecimento de Capacidades PPME, pelo Secretariado da Commonwealth e pela Organização Internacional da Francofonia.**

**O encontro realizou-se sob a presidência conjunta de S. Exa. Ali M. Lamine ZEINE, Ministro das Finanças e Economia do NÍGER; e de S. Exa. David CAREW, Ministro das Finanças e Planeamento Económico da SERRA LEOA. Os Ministros PPME apresentaram recomendações importantes para mitigar o impacto da crise financeira global nas suas economias, melhorar a entrega de alívio da dívida, assegurar a sustentabilidade da dívida de longo prazo, financiar os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) e continuar a fortalecer a sua capacidade de gestão da dívida.**

## **Crise Financeira Global**

Os ministros avisaram que a crise financeira global terá um impacto negativo nas suas economias, através de muitos canais, incluindo: quedas nas remessas e nos fluxos de capitais privados; menor acesso e aumento dos custos das obrigações e linhas de crédito bancário para comércio; quedas nas bolsas de valores; e menor rentabilidade das reservas investidas em obrigações da OCDE. Uma redução da procura de mercadorias por parte da OCDE também poderia reduzir as suas receitas da exportação, embora as quedas no preço do petróleo beneficiassem os importadores de petróleo.

Neste contexto, os ministros comprometeram-se a ser ainda mais cautelosos e maximizar as suas próprias receitas tributárias nacionais (incluindo as provenientes de investidores estrangeiros) e poupanças, aumentar o valor acrescentado e as receitas das suas exportações e utilizar todos os recursos mobilizados para fazer o máximo de contribuições para o desenvolvimento. Ao mesmo tempo, exortaram os doadores a cumprir as suas promessas de

financiamento do desenvolvimento e exortaram as Instituições de Bretton Woods a produzir uma análise abrangente do impacto da crise nas economias de baixa renda.

## **Alívio da Dívida e Sustentabilidade da Dívida**

### **Iniciativa de Alívio da Dívida Multilateral**

Os ministros felicitaram a comunidade internacional pela implementação da Iniciativa de Alívio da Dívida Multilateral (IADM) e pela mobilização da maior parte do financiamento necessário para o alívio, mas

- exortaram os doadores a encetar negociações imediatamente para uma reconstituição substancial do FOE, assim como a fornecer níveis mais altos de ajuda para a redução da pobreza na América Latina, para que o financiamento da IADM não reduza de forma considerável os fluxos concessionais na América Latina,
- indicaram que seria desejável alargar a IADM para cobrir o Banco Asiático de Desenvolvimento, o Banco de Desenvolvimento do Caribe e outras instituições sub-regionais,
- exortaram a comunidade internacional a conceber de novo as fórmulas para a afectação de financiamento concessional dos Bancos Multilaterais de Desenvolvimento, para tomar mais em conta as necessidades de financiamento dos países para os ODM.

## **Alívio da Dívida PPME**

Os ministros indicaram mais uma vez que se deverão envidar mais esforços para acelerar os progressos no sentido dos pontos de decisão e culminação dos restantes PPME. Como os atrasos parecem dever-se a problemas na manutenção de uma performance do FMI, exortaram a comunidade internacional a ligar os progressos PPME a DERP e não a PRGF. Também exortaram a uma passagem rápida do programa EPCA (Ajuda de Emergência Pós-Conflito) do FMI para programas PRGF para países pós-conflito.

Os ministros também indicaram que se operaram poucos progressos no aumento da participação dos credores em PPME ou na redução de processos movidos por credores sem escrúpulos e terceiros. Os ministros saudaram a assistência técnica legal prestada pelo Secretariado da Commonwealth, o apoio proposto pelo

BAD, e o reforço do Mecanismo de Redução da Dívida Comercial da AID, e insistiram que essas iniciativas fossem totalmente coordenadas.

No entanto, exortaram a comunidade internacional a ir além dessa assistência:

- Estabelecendo um pequeno fundo para aliviar as dívidas entre países severamente endividados e países de baixa renda, que não têm recursos para fornecer alívio da dívida uns aos outros.
- Intensificando esforços para convencer os Governos não-Clube de Paris a participar.
- Convencendo um número máximo de credores a não vender dívidas a terceiros.
- Reforçando leis nos países credores para limitar ou proibir esse tipo de processos.

## **Sustentabilidade da Dívida de Longo Prazo**

Os ministros reiteraram a sua determinação de manterem a sustentabilidade da sua dívida através da maximização da concessionalidade dos seus novos financiamentos e a sua eficácia na promoção do desenvolvimento. Para este efeito, também se comprometeram a implementar todas as reformas legais e institucionais necessárias e a adoptar estratégias da dívida através dos seus parlamentos nacionais.

Os ministros indicaram que o aumento do número de países em risco de dívida insustentável se devia a choques climáticos e nas exportações e a alterações nas avaliações das políticas e instituições dos países empreendidas pelo Banco Mundial, e não a um novo surto de endividamento irresponsável. Exortaram portanto a comunidade internacional a ajudar os países a conceber estratégias abrangentes e a fornecer financiamento baseado em donativos para os proteger contra choques, bem como a passar para um sistema de avaliações das políticas dos países que seja mais transparente e dirigido pelos países.

Para ajudar os países a manter a sua sustentabilidade da dívida, insistiram que se continuassem a aumentar os donativos e empréstimos concessionais, especialmente para as infraestruturas e a agricultura; e exortaram a uma melhoria no valor pelo custo da ajuda. Também exortaram o FMI a fixar elementos de donativo mínimos de 35%, excepto para países com os riscos mais extremos de dívida insustentável;

# FINANÇAS DOS PPME: DEVE PÔR EM RISCO OS ODM

e que as Instituições de Bretton Woods e as instituições independentes continuassem a analisar a dívida interna e a dívida externa do sector privado para traçar directivas para evitar estes tipos de dívida que provocam novas crises da dívida.

## **Financiamento dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio Quantidade da Ajuda**

Os ministros expressaram desapontamento pelo facto de alguns membros da comunidade internacional não estarem a entregar as suas promessas feitas em 2005 de aumentar os fluxos de ajuda e exortaram todos os membros do G8 e da UE a publicar planos trienais para cumprirem as suas promessas até 2010, de preferência antes do encontro de Financiamento do Desenvolvimento em Doha.

Os ministros exortaram a comunidade internacional a aumentar proporcionalmente mecanismos de financiamento inovadores através do alargamento do Mecanismo de Financiamento Internacional para além do IFFIm piloto e do aumento do número de países que utiliza um imposto sobre passagens aéreas para financiar o desenvolvimento. Contudo, reiteraram a necessidade de assegurar que esse financiamento seja totalmente adicional aos fundos normais provenientes dos orçamentos nacionais e permita que os países forneçam mais de 0.7% do seu RNB em ajuda.

## **Eficácia da Ajuda**

Os ministros reiteraram a sua determinação de cumprirem todos os objectivos da eficácia da ajuda que lhes foram atribuídos no âmbito da Declaração de Paris. Saudaram os avanços modestos em termos de compromissos de acções calendarizadas acordados no Fórum de Alto Nível de Acra, ao mesmo tempo que lamentaram que não se tivessem operado mais progressos na desvinculação da ajuda, na redução das condicionalidades, no fortalecimento das capacidades e no apoio ao orçamento.

Os ministros comprometeram-se a desempenhar um papel completo em futuras discussões a nível internacional sobre aspectos tais como a condicionalidade, a avaliação dos seus próprios sistemas nacionais e a prestação de contas mútua e exortaram o Fórum da ONU sobre Cooperação para o

Desenvolvimento a desempenhar um papel mais forte.

Ao nível nacional, os ministros comprometeram-se a formular e implementar políticas de ajuda para encorajar o alinhamento máximo dos doadores e responsabilizar os doadores e credores pelo cumprimento destas políticas. Também acentuaram que para assegurar essa responsabilização mútua irão solicitar o fortalecimento extensivo das suas capacidades analítica e de monitorização a nível nacional, regional e internacional.

## **Fortalecimento da Capacidade de Estratégia da Dívida**

Os ministros comprometeram-se a reforçar os seus esforços para adoptar e implementar estratégias da dívida, assentando no apoio com êxito já prestado pelo Programa de Fortalecimento das Capacidades de Análise e Estratégia da Dívida PPME. Também se comprometeram a implementar os reforços legais e institucionais necessários e os planos de fortalecimento de capacidades, e a continuar a fornecer grandes montantes dos seus próprios fundos para essas actividades.

Os ministros saudaram as iniciativas contínuas por parte das Instituições de Bretton Woods em aspectos da estratégia da dívida através do Quadro de Sustentabilidade da Dívida (QSD) dos Países de Baixa Renda, da iniciativa para ajudar os países a conceber Estratégias da Dívida de Médio Prazo (MTDS) e da ferramenta do Banco Mundial de Avaliação do Desempenho da Gestão da Dívida (DeMPA). Contudo, exortaram as IBW a operar de forma mais estreita com os parceiros do PFC PPME, dada a sua experiência pré-existente nessas áreas, assim como a garantir uma voz forte para os países de baixa renda na governação e direcção das suas iniciativas.

Os ministros decidiram mudar o nome da sua rede para Rede da Sustentabilidade da Dívida dos Países de Baixa Renda e alargar a sua adesão para incluir todos os países de baixa renda com problemas de sustentabilidade da dívida. Exortaram o Secretariado da Commonwealth, a OIF e os parceiros do PFC PPME a manter discussões com vista a organizar e financiar em conjunto futuros encontros. ●

*(Continuação da página 7)*

apoiar estas estratégias. Para melhorar a qualidade das políticas, os países precisam de avaliar por si mesmos as suas políticas económicas e da dívida e conceber as reformas necessárias (como também se recomenda na Agenda de Acra para Acção), em vez de encarregar agências externas de empreender avaliações. As políticas-chave deverão ser as que irão maximizar o crescimento (e a redução da pobreza que por si aumenta o crescimento), em vez da estabilização e da liberalização.

Em termos de crédito e endividamento, precisamos de olhar para além da concessionalidade, para a qualidade e eficácia do dinheiro fornecido. Também precisamos de evitar a prestação de maus conselhos e má assistência técnica que exorta os países a procurar obter financiamentos onerosos nos mercados nacionais ou internacionais; ajudar os PBR a analisar e monitorizar com muito maior rigor a sustentabilidade da dívida interna e como podem genuinamente desenvolver poupanças e investimento locais, assim como a sustentabilidade da dívida e dos fluxos financeiros do sector privado; e fazer muito mais para combater trapaceiros de países OCDE que oferecem dinheiro fraudulento ou organizam a evasão fiscal por meios lícitos ou ilícitos. Sobretudo, precisamos de fornecer financiamento concessional adequado para que os países possam cumprir os ODM sem financiamentos onerosos.

## **Que lições globais aprendemos?**

O alívio da dívida produziu muitos benefícios para os países de baixa renda, mas estes teriam sido (e ainda poderão ser) obtidos com menor dificuldade e maior eficácia. Continua a constituir uma prioridade prevenir a recorrência da crise que provocou o alívio em primeiro lugar, mas se não conseguirmos isto, o futuro alívio terá de: ser virtualmente imediato, com baixas condicionalidades, oferecido automaticamente pelos credores com base nos riscos e rácios da dívida dos países (em vez de ser negociado); ser gasto no desenvolvimento e na redução da pobreza definidos em linhas gerais, acompanhado por partes interessadas nacionais; envolver genuinamente todos os credores; e ser rodeado de medidas melhores para aumentar a sustentabilidade da dívida de longo prazo. Só se aprendermos estas lições mais amplas é que o alívio da dívida poderá maximizar a sua contribuição para o cumprimento dos ODM. ●

# COMMONWEALTH: FÓRUM MINISTERIAL DE SUSTENTABILIDADE DA DÍVIDA

**O Fórum Ministerial de Sustentabilidade da Dívida da Commonwealth (CMDSF) realizou o seu 14º encontro a 6 de Outubro de 2008 em Sta. Luzia, antes do Encontro dos Ministros das Finanças da Commonwealth de 2008. Os Camarões, a Gâmbia, a Guiana, o Gana, o Malawi, Moçambique, a Serra Leoa, a República Unida da Tanzânia, o Uganda e a Zâmbia compareceram, assim como representantes do Quênia, da Austrália e do Reino Unido, e a DRI, do MEFMI e do WAIFEM. Este encontro foi presidido por Ashni Singh, Ministro das Finanças da Guiana.**

Em vista da cooperação estreita e crescente entre o CMDSF e a Rede Ministerial do PFC PPME, esta edição do Boletim apresenta as principais conclusões substantivas do encontro, que foram que os Ministros:

## Mobilização de Recursos

- reviram outros desenvolvimentos desde o seu encontro de Abril e indicaram o re-compromisso dos doadores para aumentar a ajuda na Cimeira de Hokkaido e através da UE. Reiteraram a necessidade urgente de entrega destes compromissos.
- indicaram progressos na revisão do Mecanismo Contra Choques exógenos (ESF) do FMI e repetiram o seu apelo a uma maior flexibilidade na sua concepção e aplicação, especialmente em relação ao acesso alargado e a condicionabilidades menos onerosas.
- reiteraram a necessidade de iniciar e concluir oportunamente as negociações para a reconstituição do Fundo para Operações Especiais no âmbito do Banco Interamericano de Desenvolvimento.

## Aspectos PPME

- continuavam preocupados com o facto de o número de países que alcançaram os pontos de decisão e culminação PPME não ter mudado e de quase não se terem operado progressos em aspectos da participação não-Clube de Paris na Iniciativa PPME, ou nos processos movidos por credores; como também com o facto de ao abrigo do Quadro de Sustentabilidade da Dívida (QSD) um número significativo de países pós-ponto de culminação continuar a manter-se em situação de risco moderado ou alto de sobreendividamento.
- concertaram várias acções a tomar para melhorar a troca de informações sobre negociações de alívio da dívida ao abrigo

de PPME-R, incluindo a preparação de informações mais pormenorizadas para PPME sobre a participação dos credores, melhores condições possíveis de alívio e experiências de processos a apresentar no CMDSF de Abril de 2009 para assistir os países nas suas negociações.

## Papel e Adesão/Número de Membros

- concordaram que as discussões do CMDSF deverão continuar a acentuar a sustentabilidade da dívida e a capacidade para utilizar o financiamento de forma produtiva para alcançar os ODM, o que implicará o alinhamento da análise da sustentabilidade da dívida com cenários dos ODM, a entrega dos compromissos dos doadores face à quantidade e eficácia da ajuda, e concessionalidade máxima noutra forma de financiamento para alcançar os ODM sem comprometer a sustentabilidade da dívida.
- reviram várias opções para alargar o número de membros do CMDSF a outros países da Commonwealth, tomando em conta o nível de rendimentos e a sustentabilidade da dívida dos Estados da Commonwealth. Concordaram que o número de membros deverá consistir nos 12 membros existentes do CMDSF, assim como nos Países Exclusivamente da AID com Dívida Insustentável (Lesoto, Ilhas Salomão e Tonga). Outros países com dívida insustentável seriam convidados a participar se expressarem interesse em fazê-lo.

## Futuro Programa de Trabalho

- comprometeram-se face aos seguintes documentos das medidas a discutir no encontro de Abril de 2009:
  1. necessidades de fortalecimento da capacidade de estratégia da dívida e como satisfazê-las de forma sustentável;
  2. melhoria de acções e troca de informações sobre a participação dos credores ou os processos movidos por credores;
  3. diversificação de fontes de financiamento concessional e não-concessional;
  4. como a comunidade internacional pode assistir melhor na mitigação de choques, especialmente dos choques resultantes de alterações climáticas, preços elevados do petróleo e dos géneros alimentares, e da crise financeira global actual; e
  5. melhores práticas para assegurar a sustentabilidade fiscal da dívida pública (incluindo a interna) total.
- identificaram dois aspectos de advocacia prioritários a levar em frente nos próximos seis meses:

1. assegurar que o alívio da dívida fornece recursos concessionais adicionais para financiar os ODM e não ocorre à custa de novos fluxos concessionais,
  - i. afectando recursos concessionais na base de necessidades relacionadas com os ODM, assim como desempenho, em particular ajustando fórmulas PBA (Afectação Baseada no Desempenho) da AID e dos Bancos Regionais de Desenvolvimento;
  - ii. iniciando e concluindo negociações urgentemente sobre uma reconstituição do FOE do BID;
  - iii. responsabilizando os doadores pelas suas promessas de cumprir o seu compromisso de 0.7% do RNB, advogando que os doadores estabeleçam ou cumpram calendários claros.
2. fazer lobby para uma maior participação dos credores no alívio da dívida, através:
  - i. da mudança das leis nos países credores para limitar as perspectivas de processos movidos por credores;
  - ii. do lançamento pelos membros do G8 de iniciativas diplomáticas a alto nível para convencer credores bilaterais não-Clube de Paris a participar;
  - iii. de prestação de assistência por parte dos doadores para liquidar a dívida PPME a PPME; e
  - iv. da prestação de alívio total por todos os credores da Commonwealth e do seu compromisso a não vender os seus créditos a outros credores.

## Cooperação com PPME Não-Commonwealth

- concordaram que deverá haver uma colaboração contínua com a Organisation Internationale de la Francophonie (OIF), e participação e contribuição de Ministros de PPME não-Commonwealth nos encontros substantivos do CMDSF todos os anos na Primavera. Indicaram que os dois grupos partilhavam interesses comuns, podendo portanto trocar experiências e, através da combinação de forças, fortalecer a advocacia nos fóruns internacionais, explorando a possibilidade de um encontro conjunto na Primavera de 2009.
- apoiaram a participação por convite especial de representantes da Commonwealth e de outros doadores, instituições regionais e internacionais, sociedade civil, parlamentários e instituições de capacitação. ●

**C**omo consequência do alívio da dívida fornecido pelas iniciativas PPME e IADM, assim como do crescimento económico rápido nos últimos anos, a carga da dívida externa das Honduras caiu dramaticamente de 62% do PIB no ano 2000 para apenas 17% em 2007. Esta nova situação foi acompanhada por progressos operados na gestão da dívida pública, incluindo a publicação pela primeira vez em 2008 pelo Governo hondurenho de uma “Política da Dívida Pública” trienal. Este documento prevê os canais e as condições do financiamento público através dos mercados nacional e internacionais, colocando ênfase particular no avanço no sentido de fontes alternativas de financiamento proveniente do mercado de capitais, mantendo ao mesmo tempo a sustentabilidade da dívida como uma meta fundamental.

Neste contexto, o Governo hondurenho pediu ao CEMLA que ajudasse a conduzir um seminário para actualizar a Estratégia Nacional da Dívida e dos Novos Financiamentos, de 22 a 29 de Setembro, no quadro do PFC PPME. Os participantes foram 29 funcionários técnicos de diversas instituições do sector público, com vista ao fortalecimento das capacidades da equipa técnica nacional e à revisão e actualização da Estratégia Nacional da Política da Dívida.

## Cenários da ASD

A análise da sustentabilidade foi baseada em dois cenários:

- Base: macroeconomicamente, este cenário continua as políticas actuais (de acordo com o standby do FMI), que irão produzir um crescimento do PIB de 4.3-4.8%, e um défice fiscal consolidado do sector público de cerca de 1% do PIB, mantendo ao mesmo tempo as despesas anti-pobreza a 7% do PIB. O cenário da dívida externa inclui apenas o alívio assinado a 31 de Dezembro de 2007, enquanto o cenário da dívida interna inclui o financiamento do défice orçamental assim como o refinanciamento de vencimentos esperados. Novos financiamentos externos incluem desembolsos de acordos assinados, bem como empréstimos que estão a ser negociados (especialmente através das iniciativas ALBA e Petrocaribe com a Venezuela), assim como um pressuposto que as Honduras perderão o acesso a financiamento concessional a médio prazo – com um elemento de donativo médio que cairá de 35% para 11%, e uma queda nos donativos.
- Pessimista: o cenário alternativo pressupõe um choque negativo às principais variáveis



macroeconómicas, baseado em perspectivas globais mais pessimistas (especialmente para os EUA) como consequência da crise financeira porque aproximadamente 80% das exportações das Honduras vão para os EUA.

## Principais Conclusões e Recomendações

1. A dívida externa pública das Honduras manter-se-á sustentável e muito abaixo dos limiares do QSD-PBR estabelecidos pelas IBW para países com políticas “fortes”. A dívida pública total mantém-se baixa e estável e, apesar de uma ligeira tendência ascendente a médio-longo prazo, os seus indicadores de sustentabilidade mantêm-se muito abaixo dos indicadores da dívida pública externa, mostrando uma clara sustentabilidade da dívida pública total.
2. Em termos de riscos, os períodos de vencimento do financiamento externo são quase totalmente (95%) superiores a 15 anos, mesmo a médio-longo prazo. A estrutura da taxa de juro do portefólio também é de baixo risco porque mais de 90% têm juro fixo, tendo apenas 9.4% juro flutuante. Não se prevê nenhuma mudança significativa com o decorrer do tempo nos períodos de vencimento nem na estrutura do juro.
3. O cenário alternativo produz um agravamento nos indicadores de sustentabilidade da dívida, devido a um défice elevado do Governo central e a um contexto macroeconómico global menos favorável. Não obstante, os indicadores mantêm-se sustentáveis, em grande parte devido ao alívio da dívida, ao crescimento económico e a uma gestão fiscal prudente recentes.

4. Ao analisar a política de novos financiamentos, as Honduras identificaram que a maioria dos doadores está a apoiar os sectores de prioridade do Governo, mas é necessário aumentar o apoio sectorial e ao orçamento, com base no quadro de despesas do próprio Governo orientado para os resultados para aumentar a apropriação e o alinhamento.

## Avaliação das Capacidades

A auto-avaliação da capacidade de gestão da dívida das Honduras, usando a metodologia da fase 4 do PFC PPME, constatou que o seu resultado médio foi de 3.84, entre os PPME com a capacidade mais elevada. Não obstante, a avaliação sublinha alguns desafios futuros:

- Melhoria da coordenação a nível político e a nível técnico.
- Execução de links entre softwares da dívida e de gestão financeira
- Coordenação interinstitucional para concertar critérios comuns para classificar despesas como “reduzoras da pobreza”.
- Fortalecimento dos sistemas nacionais do orçamento e do investimento público.
- Alargamento da análise dos riscos a toda a economia, especialmente ao sector público do governo não-central, para empreender uma análise abrangente dos riscos do portefólio.
- Formação de novos quadros em análise e gestão da dívida.

## Próximos Passos

Na sequência do evento, o relatório sobre o seminário e a proposta para Directivas da Política da Dívida Pública foram enviados para as autoridades relevantes do governo, para que o executivo possa aprovar a Política da Dívida Pública para 2009-2012. ●

# MEFMI: EXPERIÊNCIA DE ASD USANDO O QSD



**D**urante os últimos dois anos, o MEFMI tem estado a operar de forma estreita com as Instituições de Bretton Woods, a DRI e as autoridades dos países para aumentar a capacidade dos países para usar as ferramentas da IBW do Quadro de Sustentabilidade da Dívida dos Países de Renda Baixa (QSD-PRB). Isto incluiu um seminário regional sobre o QSD para os seus Estados-Membros, assim como formação intensiva no uso das ferramentas em seminários nacionais. Este artigo resume as lições aprendidas com um foco específico em dois seminários nacionais recentes, na Tanzânia e no Uganda, assim como o caminho em frente. Foca em dois aspectos – entradas e saídas.

## 1. Entrada de Dados

A principal conclusão do trabalho sobre entradas é que o QSD precisa de ser completado por outras ferramentas que permitem aos países prever as suas estratégias de financiamento e perspectivas macroeconómicas e produzir projecções de dados da dívida porque a ferramenta do QSD não constrói previsões. Por sua vez isto implica a necessidade de ferramentas excelentes para empreender previsões e ministrar uma formação abrangente ao nível nacional. Durante os dois seminários, os funcionários despenderam 5 dias usando ferramentas do PFC PPME e modelos macroeconómicos nacionais para preparar previsões, assim como descarregando dados dos sistemas de registo da dívida CS-DRMS e SIGADE e validando estes dados antes de inserir dados no modelo do QSD. Uma formação abrangente no QSD deverá, portanto, começar com formação em outras ferramentas que irão produzir previsões realistas antes de o trabalho com o modelo do QSD começar.

Em maior pormenor as implicações práticas para os programas de capacitação do MEFMI são:

1. **previsões macroeconómicas.** Em vários Estados-Membros do MEFMI (incluindo o Uganda e a Tanzânia), muito poucos funcionários têm conhecimentos especializados das ferramentas usadas pelos seus países para conceber previsões macroeconómicas. Também estão mais habituados a usar as ferramentas para elaborar previsões trienais ou quinquenais relacionadas com a programação financeira do FMI ou com as estratégias nacionais de desenvolvimento do que a conceber cenários

múltiplos de 20 anos para testar a sustentabilidade da dívida. Esta não é uma situação sustentável e os países foram exortados a desenvolver a competência dos quadros em previsões macroeconómicas.

2. **bases de dados da dívida.** Apesar de preparativos intensivos focalizados em aspectos de dados, os seminários encontraram problemas contínuos com sistemas da base de dados da dívida que empreendam previsões do stock e do serviço da dívida com exactidão. As melhorias requerem uma manutenção e validação regulares das bases de dados, formação em como descarregar dados da dívida para o QSD e a construção de links automáticos entre CS-DRMS/SIGADE e o QSD. Nos casos em que as bases de dados não tenham sido totalmente actualizadas para os efeitos de alívio da dívida PPME/IADM, é necessário o uso de Debt Pro<sup>®</sup> para simular esses efeitos.
3. **estratégias de financiamento.** As ferramentas do PFC para concepção de estratégias de novos financiamentos internos e externos e previsão do seu impacto nos dados da dívida interna e externa foram recentemente actualizadas (ver 26<sup>a</sup> edição deste Boletim), tendo em ambos os casos sido usadas com eficácia para conceber e simular estratégias. Contudo, os quadros irão continuar a precisar de formação em conhecimentos e competência para executar estas ferramentas assim como o modelo do QSD.

## 2. Saídas

O segundo conjunto principal de conclusões gira à volta da utilidade do QSD para ajudar os países a conceber estratégias de financiamento. Em ambos os casos, uma análise baseada no QSD revelou que as dívidas se mantinham sustentáveis de acordo com os limiares do QSD a longo prazo, independentemente do cenário de endividamento escolhido, mesmo com as condições de endividamento mais extremas previsíveis. Contudo, embora os rácios da dívida possam ser sustentáveis, os diferentes cenários de endividamento resultaram em grandes requisitos futuros do serviço da dívida em termos de financiamento do orçamento, assim como alterações dramáticas em riscos prováveis. Isto levanta a questão se uma análise da sustentabilidade da dívida do QSD é ou não adequada para avaliar as prováveis dificuldades que os países poderão enfrentar com a sua dívida pública e as suas implicações para o custo para o orçamento do Governo e a balança de pagamentos. Ambos os seminários concluíram que a ferramenta do QSD é boa para estabelecer rácios básicos de sustentabilidade, mas uma análise adicional das implicações fiscais e para a balança de pagamentos é necessária antes de se poderem tomar quaisquer decisões sobre estratégias de financiamento. Também é vital

avaliar as praticidades do acesso a diferentes tipos de financiamento e da adaptação dessa análise a aspectos-chave que o país actualmente enfrenta, que é a razão por que ambos os seminários despenderam muito tempo a analisar os custos e benefícios relativos da emissão de obrigações em mercados de capitais nacionais e internacionais (incluindo perspectivas para a emissão de uma obrigação internacional dada a crise financeira global actual e a capacidade do sector privado e financeiro nacional para absorver obrigações nacionais).

Outra questão-chave sobre o QSD é que os seus testes de stress não medem de forma adequada os choques e riscos a que os PBR do MEFMI estão expostos. Em particular, os testes de stress do QSD só são aplicados uma vez durante um período de 20 anos, ao passo que os PBR do MEFMI têm estado sujeitos a choques repetidos (cada um deles com impactos a médio prazo) durante um período de 20 anos. Um bom exemplo são secas, que reduziram a produção e as exportações regularmente em países da África Austral, e precisavam de importações adicionais de géneros alimentares, com efeitos a médio prazo que duram três anos, e uma frequência que varia entre 2 e 5 anos. Para que o QSD seja relevante para a tomada de decisões dos países, será essencial pressupor choques que descrevam experiências efectivas dos países. No QSD há uma folha que fornece a flexibilidade para incorporar as circunstâncias dos países e o FF planeado para Abril de 2009 irá focar no uso desta folha.

## Futuros Planos

Os Estados-Membros do MEFMI continuam comprometidos face ao fortalecimento da capacidade para conceber e implementar estratégias nacionais da dívida, como mostrou o seu co-financiamento de recentes eventos nacionais até 80% do custo total. Como consequência, o MEFMI tenciona acelerar os seus esforços para uma transferência total do QSD-PBR para os seus Estados-Membros. Os próximos passos serão:

- Colocações no mês de Fevereiro de 2009 para trabalhar com a DRI no desenvolvimento de um manual para formação de formadores no QSD.
- Um Seminário Regional de Formação de Formadores no QSD a realizar em conjunto com o WAIFEM, o FMI/Banco Mundial e a DRI em Abuja em Abril de 2009. Em conformidade com as lições aprendidas acima, este seminário terá início com uma semana intensiva de formação de formadores em como preparar previsões usando outras ferramentas para introdução no QSD e focará sobretudo em aspectos de financiamento e nos cenários macroeconómicos relevantes dos países. ●

# 20 ANOS DE ALÍVIO DA DÍVIDA: O QUE CONSEGUIMOS?

**O Banco Mundial organizou uma conferência a 30-31 de Outubro em Washington sobre Alívio da Dívida e Pós-Alívio (ver <http://www1.worldbank.org/economicpolicy/debtconf08/DebtConferencehome.asp>). A Debt Relief International proferiu uma apresentação que examinou o que se conseguiu em 20 anos de alívio da dívida e os ensinamentos para o futuro. A apresentação foi obviamente baseada nos muitos contributos dos ministros e gestores da dívida PPME recebidos no decurso de 18 anos de trabalho da DRI sobre alívio da dívida a países de baixa renda. Fez sete perguntas:**

## O alívio da dívida é uma ajuda eficaz?

O alívio da dívida já se revelou ser uma ajuda muito eficaz. No formato em que tem sido recentemente entregue (como alívio genuinamente adicional aos orçamentos dos países, por exemplo através da IADM), respeita os princípios da Declaração de Paris e da Agenda de Acra para Acção ainda mais do que o apoio ao orçamento porque: é de desembolso rápido e calendarizado; é desvinculado; está alinhado com estratégias nacionais de desenvolvimento; os gastos resultantes utilizam os sistemas dos países; tem menos (embora ainda demasiados) custos de transacção do que negociar novos programas e projectos de ajuda; e acima de tudo, como se indica num estudo no prelo que a DRI empreendeu com o Banco Africano de Desenvolvimento, obtém fortes resultados dos ODM.

## Que condições deverão ser postas ao alívio?

A maioria dos analistas internacionais concorda já há muitos anos que as condicionalidades não funcionam. O parecer de PPME seria que as únicas condições deveriam ser:

- Concepção e 1 ano de implementação de uma estratégia para crescimento e redução da pobreza (definida em linhas gerais para ir além dos sectores sociais) – talvez uma estratégia preliminar para alívio inicial e uma estratégia mais final para uma anulação definitiva do stock.
- Compromisso demonstrado pelo governo face ao crescimento e à estabilidade macroeconómica, por exemplo inflação de um só dígito, demonstrado por uma performance de 6 meses e compromisso face a um futuro programa de crescimento e estabilidade macroeconómica. Isto deverá envolver uma passagem rápida dos países de programas de ajuda de emergência a programas normais, para que não fiquem “enclahados” numa classificação “pós-conflito”, atrasando o alívio durante muitos anos.

- Respeito pelas normas básicas internacionais de direitos humanos, géneros, ambiente e governação democrática.
- Para além disso, todos os objectivos macroeconómicos ou estruturais pormenorizados e especialmente condições de gestão micro deverão ser evitados.

## O alívio deverá ser gasto na redução da pobreza?

Sim, mas (de acordo com o estudo do BAD já mencionado) a redução da pobreza deverá:

- Ser definida em linhas gerais – cobrindo uma gama mais vasta de ODM (não só saúde e educação, mas também água, protecção social, o ambiente, segurança alimentar, habitação) e objectivos nacionais de desenvolvimento, especialmente despesas que promovam o crescimento (tais como energia e infraestruturas de transportes, agricultura, tecnologias).
- Ter prioridades definidas pelo país, não geridas a nível micro pelos doadores.
- Focar numa melhor entrega de serviços públicos aos cidadãos – não apenas no aumento dos montantes dos gastos.
- Ser acompanhada de uma ajuda maior e muito eficaz (tal como apoio ao orçamento) – porque por si só a sua escala é demasiado pequena para ter grande impacto na redução da pobreza.

## Deveremos investir mais para acompanhar o alívio e os seus resultados?

Deverá evitar-se um acompanhamento gerido a nível micro do impacto do alívio da dívida. Deverão investir-se muito mais recursos no acompanhamento dos canais e do impacto de despesas mais amplas – mas não na prestação de contas aos doadores e credores (para os quais já existem obrigações pesadas). Em vez disso, os doadores deverão focar no apoio ao acompanhamento e à avaliação de despesas por estruturas nacionais de prestação de contas – tais como parlamento, auditores-gerais, sociedade civil, através do fortalecimento das capacidades destas estruturas para responsabilizar o governo, o que poderá surtir efeitos positivos fundamentais no impacto do alívio da dívida e das despesas mais amplas nos progressos dos ODM.

## Como podemos melhorar a participação dos credores?

A participação dos credores já percorreu um longo caminho nos últimos 20 anos – é fácil esquecer que há 20 anos alívio fornecido por credores multilaterais era considerado impossível! Contudo, a comunidade internacional poderia fazer muito mais, especialmente alargar o alívio da dívida a um grupo muito mais amplo de países de renda baixa e média onde poderia constituir uma ferramenta útil para ajudar a alcançar os ODM. Isto poderia ser dirigido pelos credores para aumentar a reputação de solvabilidade dos

países em desenvolvimento e constituiria um meio muito eficiente de financiar os ODM.

Em termos do desafio mais limitado da participação dos credores na Iniciativa PPME:

- Os doadores poderiam financiar a anulação de dívidas entre PBR severamente endividados.
- Poderia prestar-se assistência jurídica mais sistemática para evitar ou defender processos.
- Todos os credores poderiam fazer compromissos para não vender dívidas – indo além dos compromissos saudados do Clube de Paris e da UE a outros governos e a credores comerciais.
- Os chefes de Estado do G8 poderiam agir bilateralmente para convencer os governos, especialmente sobre os quais têm influência em discussões bilaterais actuais (Argélia, Iraque, Líbia).
- Também poderiam reforçar leis nos países credores para prevenir processos (isto é viável sem qualquer impacto negativo na lei comercial, mas falta vontade política)
- PPME e PBR podem trocar informações sobre as melhores condições recebidas para incitar os credores a conceder essas condições a todos os devedores.

## O alívio da dívida é a resposta a uma dívida sustentável?

Obviamente que não, mas é um passo vital porque: reduz a carga fiscal, incentivando o investimento público; reduz a dívida pendente, incentivando o investimento privado e o crescimento; alarga o acesso a financiamento do sector privado; e permite maiores gastos no crescimento e na redução da pobreza, o que reforça a sustentabilidade da dívida a prazo mais longo. A comunidade internacional deverá por isso incentivar o acesso a alívio, tornando-o mais automático, prestado a mais países, e antes de os países chegarem a uma situação de crise ou de incumprimento.

Contudo, são necessárias outras medidas. Uma recente análise das IBW constatou que riscos contínuos de insustentabilidade para PPME pós-alívio devem-se em grande medida a potenciais choques exógenos (que se estão agora a materializar no declínio económico global) e quedas na qualidade das políticas, e não a “endividamento irresponsável”. Isto implica que, para além de evitar “endividamento e crédito irresponsáveis”, precisamos de colocar maior ênfase em superar as debilidades económicas estruturais dos países e numa melhor gestão económica e da dívida.

Em termos de proteger os países contra choques, os países precisam de conceber (e os doadores de financiar) estratégias abrangentes anti-choque e fundos de contingência e a comunidade internacional tem de fornecer mecanismos de financiamento muito mais substanciais e mais rápidos para

(continua na página 3)

# PROGRESSOS PPME E SITUAÇÃO DA SUSTENTABILIDADE DA DÍVIDA NOVEMBRO DE 2008

Esta tabela foi revista para incluir as classificações PPME de acordo com o indicador IRAI (antigo APIP) das IBW de desempenho de políticas e força institucional e sobreendividamento, incorporando as novas ASD baseadas no QSD e usadas como a base para a AID dos países

Países	Datas PPME II		Datas DERP		Iniciativa PPME	Classificação IRAI das políticas e instituições <sup>1</sup>	Mais recente risco de sobreendividamento <sup>2</sup>
	Decisão	Culminação	Interino	Final	Participação de Credores		
Afganistão	7/07	fins de 2009	1/06	Junho de 2008	87%	Fraco	Alto
Angola	já não é elegível		2005	...	NA	Fraco	Moderado
Benim	7/00	3/03	7/00	3/03	99%	Médio	Moderado
Bolívia	2/00	6/01	2/00	6/01	95%	Médio	Baixo
Burkina Faso	7/00	4/02	5/00	7/00	76%	Médio	Alto
Burundi	8/05	início de 2009	1/04	9/06	84%	Fraco	Sobreendividado
Camarões	10/00	05/06	10/00	7/03	98%	Médio	Baixo
Rep. Centro-Africana	09/07	meados de 2009	1/01	6/07	68%	Fraco	Sobreendividado
Chade	5/01	fins de 2009	7/00	7/03	93%	Fraco	Alto
Comores	fins de 2009	...	05/06	1ºT 2009	NA	Fraco	Sobreendividado
Congo, Rep. Dem. Do	7/03	2009	6/02	7/06	93%	Fraco	Sobreendividado
Congo, Rep. Do	03/06	2010	12/04	Abril 08	60%	Fraco	Alto
Costa do Marfim	fins de 2008	...	3/02	4ºT 2008	NA	Fraco	Sobreendividado
Etiópia	11/01	4/04	3/01	9/02	92%	Médio	Moderado
Gâmbia	12/00	Dez 07	12/00	7/02	81%	Fraco	Alto
Gana	2/02	7/04	8/00	4/03	90%	Forte	Moderado
Guiné	12/00	fins de 2008	12/00	3/07	85%	Fraco	Sobreendividado
Guiné-Bissau	12/00	meados de 2009	12/00	11/06	81%	Fraco	Sobreendividado
Guiana	11/00	12/03	11/00	9/02	81%	Médio	Moderado
Haiti	10/06	meados de 2009	11/06	atrasado	96%	Fraco	Alto
Honduras	7/00	4/05	7/00	10/01	93%	Forte	Baixo
Quênia	já não é elegível		8/00	2/04	NA	Médio	Baixo
Laos RPD	actualmente sem calendário		4/01	12/04	NA	Fraco	Alto
Libéria	03/08	2010	1/07	03/08	NA	Fraco	Sobreendividado
Madagáscar	12/00	10/04	12/00	11/03	91%	Médio	Baixo
Malawi	12/00	09/06	12/00	8/02	97%	Médio	Moderado
Mali	9/00	3/03	9/00	3/03	85%	Médio	Baixo
Mauritânia	2/00	6/02	NA	1/01	90%	Fraco	Moderado
Moçambique	4/00	9/01	4/00	9/01	88%	Médio	Baixo
Myanmar	actualmente sem calendário		nenhum processo DERP		NA	Fraco	Alto
Nicarágua	12/00	1/04	12/00	9/01	87%	Forte	Moderado
Níger	12/00	4/04	12/00	2/02	86%	Médio	Moderado
Ruanda	12/00	4/05	12/00	8/02	95%	Médio	Alto
São Tomé e Príncipe	12/00	3/07	4/00	8/05	85%	Fraco	Alto
Senegal	6/00	4/04	6/00	12/02	81%	Médio	Baixo
Serra Leoa	3/02	12/06	9/01	7/05	87%	Fraco	Moderado
Somália	actualmente sem calendário		nenhum processo DERP		NA	Fraco	Alto
Sudão	actualmente sem calendário		2007	...	NA	Fraco	Sobreendividado
Tanzânia	4/00	11/01	3/00	12/00	90%	Forte	Baixo
Togo	11/08	fins de 2010	03/08	meados de 2009	90%	Fraco	Sobreendividado
Uganda	2/00	5/00	NA	5/00	96%	Forte	Baixo
Vietname	já não é elegível		4/01	6/02	NA	Forte	Baixo
Iémen	6/00	...	2/01	8/02	NA	Médio	Moderado
Zâmbia	12/00	4/05	7/00	5/02	97%	Médio	Baixo
Potenciais PPME							
Eritreia	actualmente sem calendário		6/03	...	NA	Fraco	na
República Kyrgyz	decidiu não se candidatar a PPME		...	02/03	NA	Médio	Alto
Nepal	actualmente sem calendário			11/03	NA	Médio	Alto

Fontes:  
Governos PPME,  
FMI e Banco Mundial

<sup>1</sup> Índice de Afectação de Recursos (IRAI) da AID do Banco Mundial, antiga Avaliação das Políticas e Instituições dos Países (APIP), que é usado para avaliar a força institucional e o desempenho de políticas dos países (Forte  $\geq 3.75$ , Médio 3.25-3.75, Fraco  $\leq 3.25$ ).

<sup>2</sup> Baseia-se na mais recente ASD empreendida em conjunto pelas IBW

<sup>3</sup> Os países mistos e intermédios não são elegíveis para donativos da AID.

Afectação de donativos da AID-15 para AF09	Aspectos-Chave de Alívio da Dívida e Novos Financiamentos
100%	Os progressos nos impulsores do ponto de culminação têm sido mistos.
0% <sup>3</sup>	Reclassificada como país 'intermédio', já não é elegível para donativos da AID.
50%	Comité da dívida estabelecido e aprovação da estratégia esperada.
0% <sup>3</sup>	Sustentabilidade vulnerável ao preço e à produção de gás; crescimento significativo da dívida interna.
50%	Estratégia aprovada. Rácio VA/exportações elevado devido a exportações mais baixas do que previsto
100%	Estratégia actualizada. AID, BAD, Clube de Paris fornecem alívio interino e promessa de alívio da UE.
0%	Estratégia formulada. Enfrentam vários processos.
100%	Alívio interino do FMI. Atrasados ao FIDA e à OPEP deverão ser tratados como parte de PPME.
100%	Mau desempenho PRGF atrasa PC. Início de discussões PMF.
100%	Resolução da crise política. Programa EPCA em discussão.
100%	Os progressos nos impulsores do ponto de culminação têm sido mistos.
100%	Progressos mistos nos impulsores do PC. Processos resolvidos a favor dos credores.
100%	PD a aguardar conclusão de novo PRGF.
50%	Governo concluiu ASD. Ainda por concluir com alguns credores não-Clube de Paris.
100%	Dívida pós-IADM elevada devido a empréstimos multilaterais e não-Clube de Paris.
0%	Rascunho da MTDS preparado. Obrigação de 10 anos de US\$750m a 8.5% emitida nos mercados internacionais.
100%	Alívio interino retomado em fins de 2007 com novo PRGF.
100%	Só AID e BAD fornecem alívio interino. Lobby junto da comunidade doadora para avançar com o PC.
50%	Estratégia do Governo formulada. Grande vulnerabilidade da sustentabilidade fiscal.
100%	Choques políticos e devido ao furacão atrasaram DERP e conferência dos doadores.
0% <sup>3</sup>	Forte estratégia da dívida. Guatemala e México recusam-se a fornecer alívio, acordos com a Costa Rica e bancos comerciais pendentes; processo de empresa argentina.
na	ASD mostra rácios inferiores aos limiares PPME. Alívio do CP nas condições de Houston.
100%	Apesar de elegibilidade, o Governo não deseja participar em PPME.
100%	Estratégia aprovada. Financiamento excepcional para liquidar atrasados que representam 96% da dívida de \$4.7mil milhões.
0%	Anulação da dívida a Abu Dhabi e à RPC a ultimar.
50%	Estratégias da dívida e da ajuda aprovadas. Alívio do Kuwait a negociar.
0%	Formular estratégia. Dificuldades com credores não-CP.
50%	Estratégia da dívida aprovada. Insustentável devido à falta de alívio dos credores árabes.
0%	Estratégia da dívida a ser ultimada. Acordos com a China, o Kuwait e a África do Sul.
100%	Nenhum crédito do BM desde 1987.
50%	Forte estratégia da dívida e plafond de endividamento. Recompra da dívida comercial com êxito. Alívio não-CP e processos continuam a ser desafios.
50%	Nenhum acordo com credores não-Clube de Paris. Taiwan ganhou o processo.
100%	Plafonds da estratégia da dívida a novos empréstimos desde 2006. Documento de políticas a ser ultimado.
100%	Estratégia da dívida aprovada. Sustentabilidade vulnerável a atrasos na produção petrolífera.
0%	ASD a apoiar o orçamento desde 2005. Beneficiou de alívio de credores não-CP.
50%	Estratégia formulada. Processos da ordem dos US\$26 m resolvidos.
100%	Acumulação de grandes atrasados a credores. Nenhum acordo com o FMI desde 1987.
100%	FMI exortou a minimizar empréstimos não-concessionais. Precisa de liquidar atrasados.
0%	Estratégia da dívida anualmente actualizada. Alívio da Argélia, de Angola, do Irão e da Zâmbia a negociar.
100%	Qualifica-se com VA/receitas=309%, na sequência da liquidação de atrasados
0%	Estratégia e plafond a novos empréstimos, alguns empréstimos não-concessionais para infraestruturas.
0%	Plafond da dívida para dívida pública/PIV de 50% até 2010.
50%	Rácios inferiores aos limiares PPME portanto tratamento do stock nas condições de Nápoles do Clube de Paris.
0%	Processo da Donegal resultou em pagamento a ser efectuado.
100%	Qualifica-se potencialmente com VA/exportações de 362%
100%	Rácios da dívida em fins de 2006 inferiores aos limiares PPME.
50%	Qualifica-se potencialmente com VA/exportações de 201%. Autoridades indecisas quanto a participação PPME.

As datas para os pontos de decisão e culminação PPME e DERP são as datas da aprovação final dos Conselhos das IBW. A maior parte dos Governos publicou DERP vários meses antes da aprovação das IBW.

## Advocacia e Coordenação

### 15º Encontro Ministerial PFC PPME 10 de Outubro

Realizou-se em Washington co-patrocinado pela OIF e pelo Secretariado da Commonwealth e focou na crise financeira global

[Ver artigo na página 2 e 3](#)

### Commonwealth: Encontro do Fórum Ministerial de Sustentabilidade da Dívida

Como parte da preparação mais ampla para estes encontros, a DRI e o MEFMI deram contributos para este encontro em Sta.

Luzia a 6 de Outubro

[Ver artigo na página 4](#)

### Cooperação com as Instituições de Bretton Woods

Todos os parceiros de implementação do PFC foram convidados para serem parceiros de implementação e membros do Grupo Consultivo Técnico do Mecanismo de Gestão da Dívida (DeMF) do Banco Mundial, que foi preliminarmente lançado na Conferência do Banco Mundial, Alívio da Dívida e Pós-Alívio, em Washington a 30-31 de Outubro, e formalmente lançado nos Encontros sobre Financiamento do Desenvolvimento realizados em Doha no mês de Novembro. Isto envolverá a participação com o Banco Mundial em encontros de avaliação conjuntos sobre a capacidade de gestão da dívida dos países e a prestação de conselhos técnicos (juntamente com os programas de gestão da dívida do Secretariado da Commonwealth e da CNUCED) sobre as prioridades e a execução destas avaliações e eventuais planos de reforma resultantes. Também serão incluídos quatro países de baixa renda no grupo consultivo, um de cada uma das regiões do PFC. Durante o primeiro trimestre de 2009 serão ultimados acordos precisos de financiamento e cooperação. Três dos doadores do PFC (Áustria, Canadá e Suíça) figuram entre os doadores que financiam o DeMF, permitindo uma coordenação estreita entre o trabalho do Banco Mundial através do DeMF e a continuação dos programas pós-PFC PPME dos organismos regionais.

Além disso, os parceiros do PFC continuaram a participar em missões de DeMPA, a organizar seminários regionais conjuntos sobre o QSD com o FMI e o Banco Mundial e a participar em missões de Estratégia da Dívida de Médio Prazo, assim como a fornecer insumos técnicos consideráveis sobre a concepção e a implementação das ferramentas DeMPA, QSD e MTDS – e a assegurar que as metodologias do PFC forneçam os insumos necessários para que o uso das ferramentas das IBW por parte dos países tenha êxito. Também estão a iniciar trabalhos conjuntos na preparação de seminários de Formação de Formadores para combinar as metodologias do PFC e do QSD (ver futuro trabalho abaixo).

## Governança

### O 20º Comitê Executivo Olha para Além da Fase 4

O 20º Encontro do Comitê Executivo (SCM) do PFC PPME realizou-se em Dar es Salaam durante 3-5 de Novembro, acolhido pelo Governo da Tanzânia e pelo MEFMI. Focou em dois conjuntos de aspectos: progressos no sentido de cumprir os objectivos traçados pelos doadores para a fase 4 e perspectivas para a sustentabilidade dos empreendimentos do PFC PPME após a fase 4.

Em relação ao primeiro conjunto de aspectos, o SCM concordou que o programa estava em linhas gerais no trilho para cumprir os seus objectivos da fase 4, indicando que o PFC PPME terá conseguido um aumento maciço da capacidade PPME de análise e estratégia da dívida durante os seus 11 anos de existência. Além disso, conforme atestado por um monitor independente, os organismos regionais desenvolveram a capacidade para dirigir a prestação de apoio à capacitação, incluindo grupos de peritos e quadros formados, cumprindo desse modo a maior parte dos objectivos do PFC para descentralização da execução do programa. No entanto, houve atrasos na implementação em algumas regiões e em alguns países, levantando a questão se os OR podem ou não absorver os fundos dos doadores suficientemente rápido.

Após a fase 4, os doadores do PFC PPME deixaram bem claro que continuam a estar comprometidos face a apoiar o fortalecimento da capacidade dos países de análise e estratégia da dívida através do fornecimento de financiamento substancial para trabalhos independentes dirigidos pelos países. Demonstrando o êxito do PFC na descentralização da sua liderança, isto será de futuro dirigido pelos organismos regionais, que receberão o financiamento dos doadores. Os PPME indicaram um forte compromisso face ao fortalecimento da capacidade de estratégia da dívida e exortaram os doadores a continuar a financiar apoio independente para a estratégia da dívida através dos organismos regionais. Isto irá requerer três elementos de sustentabilidade:

- capacidade sustentável dos países, para a qual os principais desafios são a rotação de quadros e a sustentabilidade da dívida pós-IADM;
- capacidade sustentável dos organismos regionais para prestar apoio à capacitação, e
- manutenção de uma rede multi-regional de provedores independentes de serviços a PPME e a outros PBR, sendo os organismos regionais a dirigir esta prestação de serviços.

## Seminários Nacionais

### Burundi Bujumbura, 8-19 de Setembro



Este foi o segundo seminário nacional sobre a estratégia da dívida e dos novos financiamentos – tendo o primeiro resultado numa estratégia aprovada em 2006. Tal como agências do governo, a sociedade civil participou através da

ONG Inter-Africa, para maximizar a apropriação da estratégia e preparar uma campanha de sensibilização nacional sobre aspectos da dívida para Outubro de 2008. O seminário concebeu estratégias para a redução da dívida e para financiar o futuro desenvolvimento do Burundi sem comprometer a sustentabilidade da dívida. Baseado na continuação de um desempenho muito fraco nas exportações, o seminário estimou que o Burundi precisaria de “topping up” adicional no ponto de culminação da ordem dos US\$89.9 milhões, com um factor de redução comum de 37.2%. Como consequência do alívio da dívida PPME e IADM, as despesas anti-pobreza subiram de 3.6 para 17.7 vezes as despesas do serviço da dívida em 2009. O Burundi também teria de mobilizar virtualmente donativos exclusivamente para manter a sua dívida sustentável depois disso, exigindo uma diversificação dos seus parceiros de desenvolvimento para aumentar os fluxos de donativos, assim como conceber fortes mecanismos para proteger o país contra choques exógenos, dadas as suas bases de exportação, PIB e receitas muito frágeis. Os participantes também prepararam um plano para fortalecer a capacidade de gestão da dívida e da ajuda.

### Honduras: Seminário Nacional 22-29 de Setembro [Ver artigo na página 5.](#)



### Tanzânia: Seminário Nacional 10-21 de Novembro [Ver também artigo na página 6](#)



Este seminário fez parte do programa de assistência intensiva do PFC PPME para a Tanzânia conduzido a pedido das autoridades tanzanianas. Sendo a Tanzânia um país pós-IADM, o foco da política de ajuda e dívida do Governo incide na mobilização de recursos para financiar o desenvolvimento das infraestruturas e conseguir a eficácia do financiamento do desenvolvimento e assegurar uma gestão eficaz da dívida interna. Além disso, o Governo visa manter a sustentabilidade da dívida de longo prazo, num contexto pós-IADM, através da actualização do documento da estratégia nacional da dívida.

O seminário também ministrou formação abrangente a funcionários do governo na análise da estratégia da dívida usando ferramentas do PFC e o QSD para assegurar a manutenção de uma equipa sustentável capaz de actualizar a análise da estratégia da dívida regularmente com o mínimo de assistência técnica externa para o futuro previsível. Durante o seminário a Tanzânia usou 6 peritos locais para dirigir as diversas tarefas. O MEFMI forneceu 2 membros dos quadros e um membro individual graduado do Malawi e a DRI 1 perito para facilitar o seminário. O Governo da Tanzânia co-financiou uma grande parcela do custo do seminário.

Antes do seminário a equipa de ASD do país realizou encontros intensivos de preparação. As autoridades tanzanianas indicaram a

# RECENTES E FUTURAS

necessidade de o seminário focar na possibilidade de emitir obrigações soberanas ou no mercado de obrigações internacional ou no mercado de capitais nacional para financiar programas de infraestruturas. Os resultados revelaram que, embora o país se mantivesse sustentável a longo prazo ao abrigo de todos os cenários, haveria um custo oneroso no orçamento pela emissão da obrigação em qualquer um dos mercados, assim como uma preocupação em relação ao facto de o mercado nacional poder ou não absorver uma grande obrigação.

## Missões de Acompanhamento/Institucionais

**Missões de Acompanhamento ao Congo**  
**14-22 de Setembro**  
**ao Níger**  
**22 de Setembro-1 de Outubro**  
**e ao Togo**  
**20-29 de Outubro**



Estas missões tiveram por objectivo principal fortalecer as capacidades das estruturas nacionais responsáveis pela coordenação da política da dívida com a política macroeconómica. Cada missão formou membros da equipa nacional em conceitos básicos de gestão da dívida, assim como nas fases principais da concepção de previsões macroeconómicas nacionais coerentes e estratégias nacionais de financiamento de longo prazo.

**Missões de Avaliação de DEMPA aos Camarões e à Guiné**  
**4-13 de Agosto e 29 de Setembro-7 de Outubro**



Estas missões foram conduzidas no contexto da cooperação do Pólo-Dette com o Banco Mundial, a fim de maximizar a coordenação entre as avaliações das capacidades dos países empreendidas pelo Banco Mundial e os planos nacionais de fortalecimento de capacidades concebidos pelas autoridades destes países e pelo Pólo-Dette.

**Ruanda**  
**6-7 de Novembro**



O MEFMI conduziu uma missão ao Ruanda para rever os progressos no sentido da adopção de um Documento Nacional da Política da Dívida. Ficou acordado que o MEFMI e a DRI conduziram em conjunto uma missão em meados de 2009 para ultimar a adopção da política da dívida através de trabalhos técnicos e de um seminário de sensibilização para decisores.

## Metodologia, Ensino à Distância e Colocações

### Metodologia

Iniciaram-se os trabalhos de concepção de manuais de formação de formadores para o QSD-PBR, dirigidos pela DRI em cooperação

com os parceiros regionais e com o Banco Mundial. A DRI também está a empreender estudos sobre:

- a sustentabilidade fiscal da dívida (juntamente com o CEMLA);
- troca de informações sobre alívio da dívida e novos financiamentos e necessidades de fortalecimento da capacidade de estratégia da dívida dos países (juntamente com os parceiros do PFC e com o Secretariado da Commonwealth); e
- a diversificação das fontes de financiamento para o desenvolvimento nacional com foco específico nos doadores não-OCDE e em fontes de financiamento baseadas no mercado.

### Programa de Ensino à Distância

A maior parte do segundo grupo de 40 estudantes admitidos na Fase 4 continua no trilho com os seus estudos, tendo apenas alguns estudantes ficado para trás principalmente devido a muitos compromissos de trabalho. Os países participantes são Burundi, Camarões, RCA, Costa do Marfim, Etiópia, Gana, Malawi, Nicarágua, Ruanda, Serra Leoa, Tanzânia, Togo, Uganda e Zâmbia. O seminário residencial para graduar o primeiro grupo de estudantes da Fase 4 na região do Pólo-Dette está a realizar-se em Dezembro de 2008 no Senegal. O seminário residencial para países lusófonos realizar-se-á no primeiro trimestre de 2008.

### Colocações

Dois membros dos quadros do Pólo-Dette estiveram colocados em Washington para trabalhar com assuntos da estratégia da dívida externa com o consultor da DRI Michel Vaugeois.

### Website PPME

Foram acrescentadas novas secções sobre a análise da estratégia da dívida ao website do PFC PPME ([www.hipc-cbp.org](http://www.hipc-cbp.org)). No sítio público há novas páginas sobre a Análise da Estratégia da Dívida (AED) que fornecem informações sobre a abordagem do PFC PPME ao empreendimento da análise da estratégia da dívida, assim como links às recentes iniciativas do FMI e do Banco Mundial tais como o Quadro de Sustentabilidade da Dívida dos Países de Baixa Renda (QSD-PBR) e a Estratégia da Dívida de Médio Prazo (MTDS).

No sítio privado só para membros, há uma nova página web que fornece informações mais pormenorizadas sobre o uso do QSD estandardizado para o empreendimento da análise da estratégia, incluindo documentos elaborados pelo PFC que ligam a metodologia do PFC PPME com o QSD. Conforme se discute no artigo do MEFMI na página 6, continua a ser essencial usar os modelos do PFC de novos financiamentos internos e externos, assim como Debt Pro®, a fim de preparar insumos exactos para o QSD.

## Futuras Actividades

**Durante os próximos seis meses, o PFC PPME irá implementar as seguintes actividades:**

- **Seminários Regionais:**  
CEMLA: Seminário Regional de Formação de Formadores (FF) no QSD/DEMPA; MEFMI e WAIFEM: Seminários Regionais de Formação de Formadores em DeMPA; MEFMI/WAIFEM: Seminário Regional Conjunto sobre Estratégia da Dívida e de Formação de Formadores no QSD; PALOP: Seminário Regional; Pólo-Dette: Seminário sobre Estratégia da Dívida e de Formação de Formadores no QSD, Seminário Regional sobre a Dívida Interna, assim como encontros dos Comités Regionais Ad Hoc sobre um Regulamento sobre a Gestão Pública dos Fluxos de Caixa e Manuais Genéricos de Procedimentos;
- **Seminários Nacionais:**  
Guiné; Guiana; Moçambique; Nicarágua (dívida interna); São Tomé e Príncipe; Serra Leoa.
- **Seminários Subnacionais:**  
Bolívia
- **Missões de Acompanhamento/Institucionais:**  
Benim; Burkina Faso; Camarões; RCA; Chade; Comores; Congo; Costa do Marfim, Guiné; Guiné-Bissau; Guiana; Haiti; Honduras; Libéria; Malawi; Mali; Moçambique; Níger; Togo; e Zâmbia.
- **Seminários de Sensibilização:**  
Guiné; Guiana; Honduras; Malawi; Moçambique; Nicarágua; Ruanda.
- **Colocações:**  
Colocações do MEFMI e do Pólo-Dette na DRI para desenvolver manuais de formação para o Seminário de FF no QSD; colocações de membros individuais do Pólo-Dette sobre novos financiamentos, dívida interna e dívida externa.
- **Programa de Ensino à Distância:**  
Escola Residencial Lusófona, continuação dos trabalhos com a segunda onda de estudantes e revisão dos materiais para pós-fase 4.
- **Produtos de Informação:**  
37ª e 38ª edições deste Boletim, 3 listserve sobre os mais recentes desenvolvimentos em gestão da dívida e publicações sobre as Melhores Práticas em Instituições de Gestão da Dívida e sobre a Sustentabilidade Fiscal da Dívida.

**A**s excelentes notícias emergentes do 9º Encontro do Comité Directivo do PFC CPE são que o Governo suíço está preparado para prolongar o seu financiamento para a monitorização e análise dos Capitais Privados Estrangeiros, conforme conduzidas ao abrigo do PFC CPE. Contudo, de futuro este financiamento será mobilizado e executado através dos organismos regionais, apropriados e dirigidos pelos seus Estados-Membros, que irão subcontratar a DFI para os ajudar com apoio técnico. Este prolongamento do apoio suíço reflecte a avaliação que o programa é ainda mais relevante numa altura de crise financeira global, em que é provável que esses fluxos sejam ainda mais voláteis (ver artigo na página 2), podendo também resultar no prolongamento do apoio do tipo PFC CPE para um leque mais vasto de países de renda média com os quais o Governo suíço tem parcerias. Espera-se que um leque mais vasto de doadores também compreenda o apoio de grande valor que os trabalhos do PFC CPE têm prestado e fornece financiamento para o mesmo fim.

Entretanto, a 3ª fase do PFC CPE continuou conforme o seguinte:

### Progressos dos países

Os países operaram progressos conforme o seguinte:

- O Benim realizou o seu Seminário de Abertura de Consciencialização e Formação (ACF) em Outubro e está a planear uma Missão de Acompanhamento (MA) no 1ºT de 2009.
- O Congo e o Gabão estão a preparar os seus primeiros Seminários ACF para o 1ºT de 2009.
- A Bolívia (Ciclo 3) está a formular termos de referência para uma Missão de Acompanhamento para rever a série cronológica no início de 2009.
- O Botsuana (Ciclo 1) está a ultimar a metodologia para lançar no 1ºT de 2009
- A taxa de resposta do Burkina Faso alcançou 60% e está planeada uma MA para o 1ºT de 2009.
- Os Camarões concluíram o seu inquérito e receberão uma MA no 1ºT de 2009.
- A RCA, o Chade, a Costa do Marfim, a Guiné Equatorial e a Guiné-Bissau lançarão o programa com as suas primeiras Missões de Avaliação de Pedidos no 1ºT de 2009.

- A Gâmbia (Ciclo 3) realizou um Seminário de Encerramento de Divulgação (SED) combinado para o Ciclo 2 e um ACF para o Ciclo 3 no 4ºT.
- O Gana (Ciclo 2) está a operar grandes progressos com um pequeno inquérito por amostragem e está a planear um inquérito maior a ter início no 1ºT.
- O Malawi (Ciclo 3) ultimou os seus resultados e está a preparar o lançamento do próximo ciclo no 1ºT de 2009.
- O Mali (Ciclo 1) obteve uma taxa de resposta de 70% e está a processar dados com o plano de realizar uma MA no 1ºT de 2009.
- A Nicarágua (Ciclo 2) acolheu uma Missão de Acompanhamento para rever dados e análise e preparar-se para o próximo ciclo proposto.
- O Níger está a preparar-se para o seu ACF no 1ºT de 2009.
- O Senegal obteve uma taxa de resposta de 75% e está a planear uma MA para Janeiro de 2009.
- A Tanzânia (Ciclo 4) acolheu uma Missão de Acompanhamento no Continente e em Zanzibar para rever dados, análise, relatório analítico e arranjos institucionais.
- O Togo recebeu uma Missão de Avaliação de Pedidos no mês de Dezembro.
- O Uganda (Ciclo 7) está a ultimar o seu actual inquérito e a preparar-se no sentido da divulgação dos resultados.
- A Zâmbia (Ciclo 2) obteve uma resposta superior a 80% e está a ultimar a edição, a entrada e a verificação de dados prontas para a divulgação dos resultados preliminares no 1ºT de 2009.

### Metodologia e coordenação

- O PFC CPE preparou uma metodologia reforçada em análise da sustentabilidade dos CPE (ver artigo na página 14).
- O MEFMI acolheu um seminário regional em Ngurdoto, Tanzânia, de 3-14 de Novembro, que cobriu diversos aspectos de monitorização e análise e contou com a comparência de 8 Estados-Membros.
- Partes do Manual GTN e do Manual do Utilizador do Software estão a ser traduzidas para português para benefício da Guiné-Bissau que irá lançar o programa no 1ºT.
- O PFC CPE continua a acompanhar os desenvolvimentos com uma nova metodologia e códigos e normas do FMI, da OCDE e da CNUCED e a discutir com estas organizações e com os países participantes as implicações para a implementação dos mesmos.

### Software

- O PFC CPE ultimou e publicou a Versão 2 do software genérico. Ver o artigo na página 13. para mais informações.
- O MEFMI está a operar progressos com o seu sistema regional (PCMS), que se mantém no trilho para entrega no 1ºT de 2009.

### Produtos de informação

- **A 36ª edição deste Boletim** já se encontra no website público e disponível para descarregar (queira visitar [www.fpc-cbp.org](http://www.fpc-cbp.org) e fazer o link para "Boletim"). Nesta edição, CPE reporta sobre os desenvolvimentos e as implicações de BPM6, sobre investidores optimistas no Malawi que focam o IDE nas indústrias transformadoras e sobre o sector mineiro da Tanzânia que encabeça o IDE. Para perguntas sobre a assinatura, queira contactar [dfi@dri.org.uk](mailto:dfi@dri.org.uk)
- **O Briefing #21** será distribuído no 1ºT de 2009.
- **Website:** o relatório do 9º Comité Directivo encontra-se disponível para ser descarregado. Faça log no website só para membros no endereço [www.fpc-cbp.org.uk](http://www.fpc-cbp.org.uk) e faça link para 'Comité Directivo'.

### Governança

O MEFMI acolheu com o Banco da Tanzânia o 9º Encontro do Comité Directivo em Dar es Salaam a 6 de Novembro. Todos os parceiros de implementação estiveram representados, assim como representantes dos países dos Camarões, do Mali, da Nicarágua e da Tanzânia, que apresentaram lições e experiências de valor. A Seco e o MEFMI co-presidiram às sessões. A acta cobriu progressos dos países e regionais; metodologia, software e produtos de informação; governança e coordenação; financiamento; e compromisso face a um programa de trabalho até ao fim da Fase 3. Os principais pontos de acção concertados foram:

- A necessidade de apresentar futuros **relatórios trimestrais** em Fevereiro e Maio, continuando em particular relatórios dos países participantes sobre os seus progressos e financiamento local.
- Aceleração do desenvolvimento da **metodologia** e preparação de uma **publicação analítica** em que todos os países participantes serão incluídos.
- **Uma revisão global** pela Seco das três fases do PFC.
- A circulação de **propostas para continuar a prestar apoio** em resposta ao impacto da crise financeira em países de renda baixa e média. ●

# PFC CPE CONCLUI TRANSFERÊNCIA DO SOFTWARE GENÉRICO

**C**umprindo os seus objectivos para a fase 3, o PFC CPE concluiu a transferência do seu software genérico para os países com a divulgação da Versão 2 em Setembro de 2008. De aqui em diante, o apoio do PFC será limitado a menores melhorias, com base nos pedidos dos países.

O software genérico é desenvolvido em MS Access® para assegurar uma adaptação muito fácil às necessidades dos países, usando as técnicas de programação existentes nos países. Está disponível gratuitamente a todos os países e é especialmente útil àqueles que não têm (ou ainda estão a desenvolver) um sistema nacional adequado.

O software consiste em três módulos: Administração, Entrada e Saída. O **módulo de administração** permite ao utilizador criar novos inquiridos ou editar inquiridos existentes. É completamente flexível se um país precisar de rever o seu questionário ou usar o software para um questionário totalmente novo ou diferente. O **módulo de entradas** permite o armazenamento de dados, a verificação, a criação de relatórios-sumário sobre cada resposta, a visualização e a resolução de problemas, e a exportação de uma lista de inquiridos para Excel. O **módulo de saídas** foi concebido para verificar e harmonizar os dados e produzir relatórios para análise.

O software é acompanhado de dois **manuais**:

- Manual do Utilizador: constitui a base de formação e transferência para os utilizadores do software, contendo todas as instruções necessárias para usar o software para introduzir e analisar dados.
- Manual Técnico para Designers: contém uma descrição das técnicas de programação usadas para criar o software e uma explicação de como essas técnicas foram implementadas para criar a versão actual. Um software não fechado para designers também está disponível gratuitamente, contendo o código de programação necessário para efectuar eventuais desenvolvimentos usando o Manual Técnico.

O sistema é destinado a armazenar dados agregados relacionados com a PII/BP, a percepção dos investidores e a

responsabilidade social das empresas. Por isso, completa, em vez de duplicar, os sistemas de registo da dívida empréstimo por empréstimo do Secretariado da Commonwealth (CS-DRMS) e da CNUCED (SIGADE).

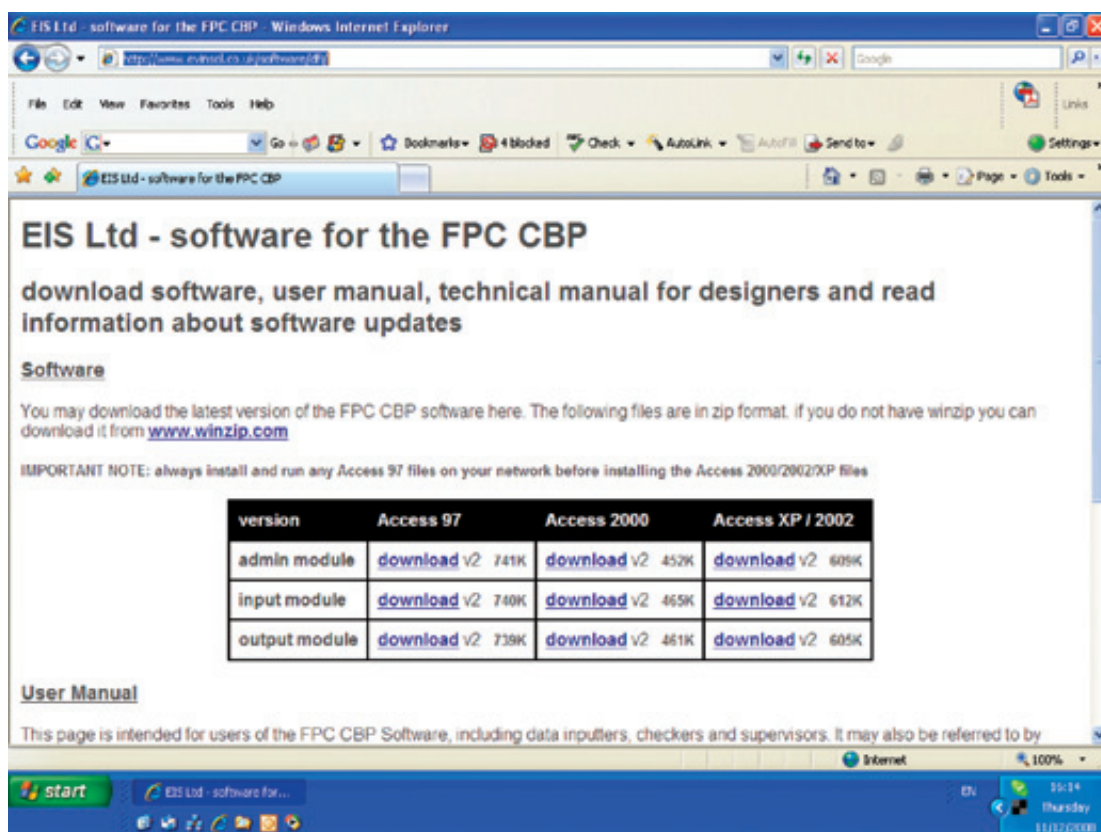
O sistema foi concebido e é mantido por Eveleigh Information Solutions (Reino Unido) em consulta com os parceiros de implementação do programa e os países participantes. Todos os itens acima encontram-se disponíveis através do website de EIS (<http://www.evinol.co.uk/software/dfi>), conforme descrito na tabela abaixo.

Página do Website de EIS	Características
Página oficial	A partir esta página os utilizadores e designers podem: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Descarregar a v2.0 do software</li> <li>• Fazer link para a página do Manual do Utilizador</li> <li>• Fazer link para a página do Manual Técnico</li> <li>• Fazer link para páginas de Informações sobre Actualizações</li> </ul>
Manual do Utilizador	Os utilizadores podem descarregar todo o manual num só ficheiro comprimido ou em capítulos individuais conforme necessário
Manual Técnico para Designers	Os designers podem: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Descarregar todo o manual num só ficheiro comprimido ou em capítulos individuais conforme necessário</li> <li>• Descarregar a base de dados de desenvolvimento</li> </ul>
Informações sobre Actualizações	Esta página faz um acompanhamento das mudanças feitas em diversas versões

Alguns países desenvolveram os seus próprios sistemas para se alinharem mais estreitamente com prioridades de programação nacional ou institucional, usando sistemas tais como Oracle®. Os países mais avançados reconheceram os sistemas nacionais, partindo de funções úteis contidas no software genérico. A tabela abaixo resume a situação actual do país.

Sistema	Países
Utilizadores Genéricos do PFC	Benim, Botsuana, Burkina Faso, Camarões, República Centro-Africana, Chade, Congo, Costa do Marfim, Guiné-Equatorial, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné-Bissau, Malawi, Mali, Níger, Senegal, Togo, Trindade e Tobago, Zâmbia
Sistemas nacionais	Bolívia, Nicarágua, Tanzânia, Uganda

Além disso, um dos parceiros de implementação do PFC CPE, o MEFMI, decidiu desenvolver o seu próprio software regional, conhecido como o PCMS, que deverá ser concluído até Março de 2009, para benefício de todos os países na região do MEFMI. ●



# ANALISANDO A SUSTENTABILIDADE DOS

**O PFC CPE ajudou os países participantes a analisar a sua balança de pagamentos (BP) e a sua posição de investimento internacional (PII), e a composição dos seus capitais privados estrangeiros por tipo de financiamento, instituição fornecedora, sector e região beneficiários, e país de origem. Também ajudou os países a examinar os factores que influenciam as tendências dos CPE, incluindo as intenções e percepções dos investidores, e as medidas de políticas tomadas pelos países receptores. Como consequência, fez uma grande contribuição para ajudar os países a formular políticas que incentivem fluxos de capitais mais sustentáveis.**

Contudo, o PFC CPE foi estabelecido porque os países em desenvolvimento estavam sujeitos à volatilidade dramática de capitais privados estrangeiros insustentáveis, surtindo grandes efeitos negativos no seu desenvolvimento nacional. Especialmente dada a crise financeira global actual, é essencial que o PFC ajude os países a analisar se os CPE são sustentáveis. Este artigo fornece directivas sobre como empreender essa análise, assim como alguns resultados preliminares.

## 1) Definição e Informações Necessárias

A análise de sustentabilidade é um exame mais pormenorizado do recente, actual e potencial futuro comportamento dos investidores. Baseia-se na análise subjacente da composição dos CPE e nos factores que influenciam estas tendências, focando por isso nas áreas em que a análise básica indica que é provável que os CPE sejam menos sustentáveis. Pode ser empreendida de 4 maneiras:

- **Taxas de rentabilidade e lucro**, definidas como: períodos de carência e vencimento, taxas de juro e valor actualizado dos empréstimos; níveis (e repatriações) dos lucros e dividendos e taxa de rentabilidade implícita do IDE; e ganhos de dividendos e preços no investimento de portfolio.
- **Volatilidade dos fluxos**, medida: pela volatilidade da série cronológica histórica; por futuras intenções declaradas dos investidores; e pela taxa de execução dos investimentos.
- **Fluxos e transferências líquidos**, definidos como: entradas de capitais menos saídas de capitais (fluxos) e juro/dividendos (transferências).
- **Vulnerabilidade da economia**, avaliando diversos rácios-chave que comparam os CPE com grandes agregados económicos do país receptor.

Todos estes aspectos podem ser desagregados por tipo de financiamento ou instituição

fornecedora, sector ou região beneficiários, e país de origem. Também é vital analisar os factores que influenciam a sustentabilidade dos CPE, mais uma vez em classificações desagregadas.

A maior parte das informações necessárias pode ser proveniente dos questionários do PFC CPE. Contudo, para assegurar que está disponível, os questionários precisam de examinar as intenções dos investidores e os factores que influenciam o investimento actual e futuro. Para uma análise abrangente da sustentabilidade da DESP será importante ter respostas numa base de empréstimo por empréstimo. A qualidade dos dados também passa a ser ainda mais fundamental – sem dados válidos sobre lucros reinvestidos, dividendos e pagamentos de juro (todos sendo muitas vezes preenchidos de forma não fidedigna pelas empresas), é improvável que a análise de sustentabilidade produza resultados fiáveis.

Para além dos dados, os países precisam de mais dois insumos: formação em como analisar a volatilidade, incluindo através de técnicas econométricas tais como desvios estandardizados; e uma análise internacional das causas e da escala de volatilidade, especialmente das condições dos mercados internacionais.

## 2) Taxas de Rentabilidade

Como a figura 1 indica, de acordo com a análise do PFC CPE, os CPE em países de baixa renda têm tipicamente exigido taxas de rentabilidade muito elevadas, atingindo uma média de 15% por ano mas mais de 20% na Gâmbia e no Malawi. Destes lucros, 72% não são reinvestidos. Como consequência, mais de 10% do capital investido são repatriados todos os anos. Contudo, esta rentabilidade varia dramaticamente com desenvolvimentos económicos nacionais ou internacionais, tendências sectoriais ou políticas de empresas individuais. Durante períodos de crise empresarial, sectorial, nacional ou internacional podem ultrapassar 100% do capital num ano.

As taxas de rentabilidade também variam por país receptor e sector. A construção obtém rotineiramente uma rentabilidade de 50%, a agricultura e as finanças 20%, e as indústrias transformadoras 15%. Surpreendentemente,

o comércio, o alojamento e o turismo afiguram-se menos lucrativos (a apenas cerca de 5%). Contudo, as autoridades dos países têm grandes dúvidas quanto a rentabilidades baixas por duas razões: a) as empresas nestes sectores são conhecidas por uma prestação de contas deficiente dos lucros para evitar impostos; e b) estes sectores são usados principalmente para efeitos de branqueamento de capitais, implicando que alguns investidores não estão interessados em fazer lucro, fazendo baixar as médias sectoriais.

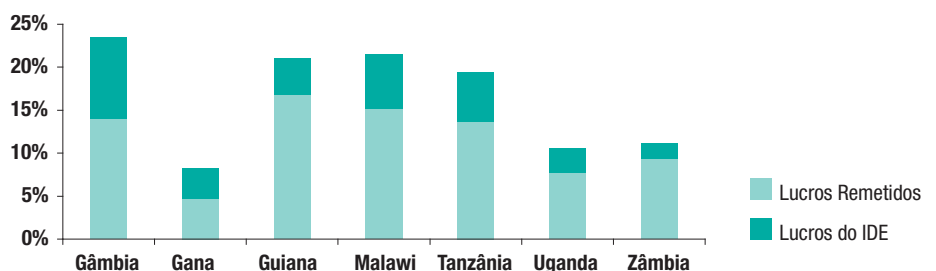
Em termos de financiamento da dívida, as empresas multinacionais com acesso aos mercados internacionais conseguiram endividar-se a taxas de juro baixas – cerca de 2-3% acima das taxas comerciais internacionais para a moeda do empréstimo. Contudo, as taxas internacionais têm sido extremamente voláteis, reduzindo os custos para 4-5% em 2001-02, mas aumentando-os para 8-9% em 2007. Durante a crise financeira global, LIBOR que constitui a base da maior parte do financiamento das empresas tem flutuado descontroladamente. A crise também reduziu as linhas de crédito das empresas multinacionais e prevê-se o aumento das margens (spreads) para as empresas mais dignas de crédito. Em parte isto em estado ligado à queda dos preços de mercadorias que reduziu o acesso a empréstimos para pré-financiamento das exportações.

As rentabilidades de lucros e dividendos do IDE de equidade são geralmente muito mais altas do que as da dívida com taxas de rentabilidade anuais na maior parte dos sectores (e por isso também o seu valor actualizado) ultrapassando mesmo os pagamentos combinados de principal e juro (e por isso de VA) das dívidas. O PFC CPE ainda não conseguiu recolher dados abrangentes sobre as rentabilidades dos investimentos de portfolio, mas os gestores dos fundos exigem taxas de rentabilidade anuais muito superiores a 10%.

## 3) Volatilidade

Outro meio de avaliar a sustentabilidade dos CPE seria projectar para o futuro possíveis limites de volatilidade. O programa CPE ainda não gerou séries cronológicas com dados suficientes para julgar a volatilidade usando testes econométricos

Figura 1: Rendibilidade do IDE (%)



# CAPITAIS PRIVADOS ESTRANGEIROS

formais tais como desvios estandardizados – e em todo o caso isto poderá não nos dizer muito sobre futuras perspectivas dado que as tendências históricas poderão ter pouca relação com as futuras perspectivas. Alguns sugeriram que comparar aprovações de investimento e fluxos efectivos poderia ajudar (por exemplo, fornecer avisos prévios de quedas dos fluxos examinando tendências nas aprovações), mas isto só pode fornecer um substituto muito aproximado.

O PFC CPE também reúne dados sobre as intenções dos investidores – aumentar, manter ou reduzir fluxos. Contudo, para fornecer informações mais úteis, os questionários deverão de futuro perguntar que percentagem de aumento ou redução planeiam no ano ou período trienal seguinte.

## 4) Fluxos e Transferências Líquidos

O PFC CPE já produziu resultados em termos de fluxos e transferências líquidos. Estes podem ser examinados de várias formas – de um modo geral no total dos CPE (quer sejam de não-residentes quer de residentes), desagregados em CPE internos de não-residentes (i.e. passivos estrangeiros), ou em CPE externos de residentes (i.e. activos estrangeiros) e desagregados por tipo de fluxo.

De um modo geral, a Figura 2 mostra a imagem, onde níveis elevados de saídas de capitais (atingindo uma média de 59% das entradas) e uma volatilidade reforçada dos CPE durante períodos de crise tornam todos os fluxos muito menos estáveis e mais voláteis. A Figura 2 também mostra dois instantâneos de extrema volatilidade, onde problemas com o preço do ouro para a cobertura (hedging) e o agrupamento (bunching) dos vencimentos da dívida por Ashanti Goldfields no Gana e uma decisão tomada por Anglo-American de retirar o seu investimento de equidade na Zâmbia destabilizaram as economias destes países.

Por tipo de fluxo, a Figura 3 mostra que o IDE de equidade pode frequentemente não conseguir fornecer entradas líquidas porque repatriação/dividendos elevados requerem novas entradas elevadas para os compensar. Contudo, o IDE não-equidade (especialmente empréstimos

interempresas) e empréstimos provenientes de fontes não-coligadas também podem secar rapidamente na crise empresarial, sectorial, nacional ou global. Como consequência, em anos difíceis quer a dívida (Gana) quer a equidade (Zâmbia) causaram saídas líquidas.

## 5) Vulnerabilidade Macroeconómica

A melhor maneira de medir a vulnerabilidade global da economia é através de rácios tais como:

- dívida do sector privado/reservas cambiais do banco comercial
- dívida nacional (pública + privada)/total das reservas cambiais
- serviço da dívida (pública + privada) nacional/exportações ou reservas
- rácios crédito comercial ou de curto prazo comparado com reservas

Contudo, dadas as rentabilidades e a volatilidade elevadas da equidade, também é prudente pensar em rácios não-dívida tais como stocks de activos/passivos estrangeiros do sector privado; e passivos estrangeiros/reservas do sector privado ou fluxos/exportações ou reservas do sector privado. Também é vital testar rácios, excluindo grandes projectos offshore cujos lucros não passam pelo sistema bancário nacional, e desagregar rácios por sector, país de origem e mesmo empresa, para identificar possíveis fontes microeconómicas de vulnerabilidade.

## 6) Explicando e Projectando a Sustentabilidade

A avaliação do que irá provavelmente acontecer aos CPE no futuro requer uma análise dos factores que influenciam a sustentabilidade, usando os dados das percepções dos investidores dos inquéritos sobre CPE; assim com uma análise das tendências nos mercados regionais e internacionais (incluindo desenvolvimentos de empresas individuais e sectoriais) e seu impacto na economia nacional. Por exemplo, a crise financeira actual aumentou o custo de, e reduziu o acesso a, empréstimos (e a IDE na medida em que é financiado por empréstimos), reduziu créditos a fornecedores (em conformidade com quedas do preço das mercadorias), reduziu investimentos de portfolio da OCDE na equidade e nos mercados de Bilhetes do Tesouro dos países em

desenvolvimento e reduziu as rentabilidades dos activos dos países em desenvolvimento de que os países da OCDE são detentores.

Também requer previsões a médio-longo prazo das tendências dos CPE usando diferentes cenários. Um exemplo disso seria definir o cenário de base como sendo baseado em recentes níveis de crescimento do IDE, mas pressupondo rentabilidades elevadas de modo que os fluxos passem a ser negativos muito em breve; e um cenário optimista segundo o qual uma expansão económica mantém os fluxos positivos durante um período mais longo; e um cenário pessimista através do qual choques (desvios estandardizados nos fluxos, taxas de rentabilidade mais elevadas, ou reduções nas linhas comerciais e no IDE) assolam a economia. Do mesmo modo, requer uma análise formal dos riscos baseada em variações nas taxas de juro, nas taxas de câmbio ou nos preços das mercadorias, uma análise da série cronológica da volatilidade e uma análise dos fluxos de portfolio, e de fluxos não-tradicionais e passivos contingentes tais como parcerias públicas-privadas, hedging e passivos de pensão, assim como uma análise dos custos e riscos relativos do financiamento local comparado com o financiamento externo.

## 7) Implicações das Políticas

As taxas de rentabilidade elevadas dos CPE indicam o seu potencial para surtir grandes efeitos negativos na economia em tempos de crise e portanto a atenção estreita que os governos têm de prestar à análise da sustentabilidade dos CPE, para poderem tomar medidas rápidas de políticas para estabilizar os fluxos ou adaptar a mudanças nas condições do mercado. Também sublinham a necessidade de conceber e implementar uma estratégia nacional para mobilizar financiamento do desenvolvimento (para além do financiamento do sector público). Por último, sublinham a necessidade de uma maior oportunidade na recolha de dados (através de inquéritos trimestrais por amostragem) e perguntas mais orientadas para o futuro nos inquéritos para fornecer um aviso prévio da potencial vulnerabilidade dos CPE. ●

Figura 2: Entradas/saídas de CPE (% do PIB)

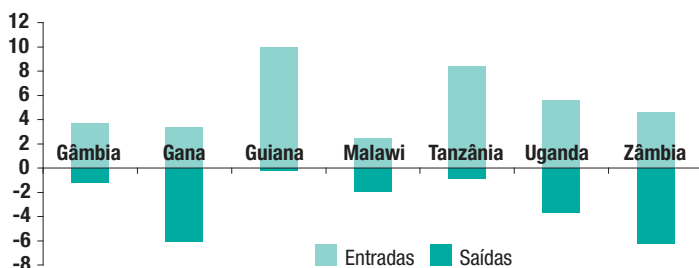
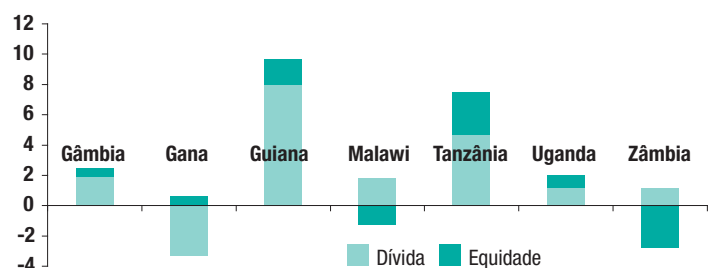


Figura 3: Fluxos líquidos de dívida e equidade (% do PIB)



# PERGUNTAS TÉCNICAS SOBRE O ALÍVIO DA DÍVIDA

## Quais são as principais características do novo modelo do quadro de sustentabilidade da dívida (QSD) das IBW?

As Instituições de Bretton Woods (IBW) actualizaram recentemente os seus modelos do Quadro de Sustentabilidade da Dívida (QSD) para países de baixa renda, fusionando a análise separada da sustentabilidade fiscal e externa num novo modelo de uso mais fácil. Este novo modelo retém os elementos-chave dos modelos originais do QSD, pelo que a análise se baseia em projecções macroeconómicas de 20 anos, em US dólares e usando uma taxa de desconto comum de 5% para calcular o valor actualizado. Os cenários alternativos e os testes de stress estandardizados mantêm-se inalterados. Contudo, o novo modelo também fornece dois cenários adaptados para facilitar a análise de pressupostos macroeconómicos ou do preço de mercadorias específicos dos países. O novo modelo encontra-se disponível no endereço [www.imf.org/external/pubs/ft/dsa/lic.aspx](http://www.imf.org/external/pubs/ft/dsa/lic.aspx) e [www.worldbank.org/Home](http://www.worldbank.org/Home) > Topics > Economic Policy and ... > Debt Sustainability > Debt Sustainability Framework for Low-Income Countries.

O novo modelo em Excel consiste nas seguintes folhas de trabalho:

- A folha de *Linguagem* para permitir ao utilizador executar o modelo em inglês, francês, português ou espanhol.
- A folha de *Navegador* para dirigir o utilizador directamente para as folhas de entradas para introdução de pressupostos e para as folhas de saídas para análise da sustentabilidade da dívida externa e fiscal.

- A folha de *Instruções* para fornecer uma breve sinopse sobre como usar o modelo.
- Duas folhas de entradas, *Data\_input* e *Inp-Outp\_debt*. A folha *Data\_input* é para registar dados históricos e projecções de 20 anos da dívida externa pública e privada e da dívida interna e dos principais agregados macroeconómicos da balança de pagamentos, do orçamento e da economia real. Os dados históricos e as células de projecções têm códigos coloridos, assim só é necessária a entrada de dados nas células amarelas. A folha *Inp-Outp\_debt* projecta o serviço da dívida do stock da dívida existente e de desembolsos de novos empréstimos externos do sector público. O novo modelo permite ao utilizador introduzir projecções pormenorizadas do serviço da dívida e de novos desembolsos para credores-chave específicos dos países (dois de cada: multilaterais, bilaterais Clube de Paris, bilaterais não-Clube de Paris e comerciais). O utilizador também pode agora seleccionar efectuar toda a entrada e análise de dados em termos de milhões, em vez de mil milhões.
- Quatro folhas de saídas, uma folha *Tabela de base* e *Teste de stress* para a análise da sustentabilidade fiscal e externa. As duas folhas *Tabela de base* prevêem as projecções de base dos principais rácios da dívida e as variáveis-chave macro subjacentes (balança de pagamentos para a análise da dívida externa e orçamento para a análise fiscal). As folhas de *Teste de stress* resumem os resultados-chave

dos rácios dos testes de stress e os cenários alternativos estandardizados.

- Gráficos de saídas, *Painel do Gráfico* (*Panel Chart*), que resumem os rácios da dívida fiscal e externa em formato de gráfico, e os dados subjacentes para os gráficos, *Gráfico de Dados* (*Chart Data*). Os gráficos ilustram os resultados da ASD dos cenários de base e alternativos que pressupõem médias históricas e os testes de stress mais extremos.
- Séries de folhas de trabalho que transformam os dados de entrada em dados de saída, que podem ser acedidas através de *Navegador* (*Navigator*).
- Folhas de *Cenários Adaptados* (*Customised Scenario*) para análise da sustentabilidade da dívida fiscal e externa, acedidas através de *Navegador* (*Navigator*). Para a dívida externa, isto permite ao utilizador introduzir pressupostos específicos dos países para choques do preço das mercadorias para exportação ou de importação, alterações em transferências oficiais ou privadas, IDE, crescimento do PIB real ou inflação. Há instruções separadas, no topo da folha, sobre como usar isto.

O novo modelo é um grande livro de contas 6.7MB e requer um computador com uma memória de 504 MB para funcionar devidamente. Também requer um quadro de segurança Macro em Excel de meios para executar o livro de contas Macros.

## Como se pode usar a metodologia de ASD do PFC PPME para preparar as entradas de dívidas para o QSD?

Como o modelo da ASD é um quadro para transformar entradas macro e da dívida em saídas para a análise de sustentabilidade, todas as entradas de projecções macro e da dívida precisam de ser produzidas fora do modelo. No lado macro, isto implica que as projecções macro de 20 anos têm de ser preparadas usando o modelo macroeconómico nacional ou o quadro de programação financeira. No lado da dívida e dos novos financiamentos, as entradas de dados necessárias são:

- Para a dívida externa do sector público na folha *Inp-Outp\_debt*:
  1. As projecções do serviço da dívida da actual dívida pública externa, em milhões ou mil milhões de US dólares, para todos os anos até os empréstimos pendentes actuais terem sido totalmente reembolsados. Dependendo da situação PPME, as projecções do serviço da dívida para o cenário de base precisam de tomar em conta o alívio PPME e IADM – para os países ponto de culminação trata-se de alívio PPME e IADM total, para países

PPME interinos só de alívio interino e para países pré-ponto de decisão só de alívio tradicional. Como o modelo do QSD não pode simular alívio da dívida, todos esses pressupostos têm de ser implementados fora do modelo. A melhor maneira de produzir as projecções necessárias do serviço da dívida é usando Debt-Pro® ou o sistema de registo da dívida de um país (CS-DRMS ou SIGADE). O próximo lançamento dos softwares CS-DRMS e SIGADE incluirão mecanismos para produzir entradas no QSD no formato apropriado.

2. Desembolsos de 20 anos de novos financiamentos externos do sector público para credores principais e categoria de credores, em milhões ou mil milhões de US dólares. Como o QSD não pode gerar previsões de novos desembolsos, o Modelo de Ajuda Externa do PFC PPME foi revisto para elaborar projecções de desembolsos para entrada no QSD usando Copiar/Colar de Excel. O modelo encontra-se disponível nas

páginas de Recursos Técnicos da secção só para membros de [www.hipc-cbp.org](http://www.hipc-cbp.org).

- Para a dívida externa do sector privado, o QSD requer projecções do stock, de pagamentos de juro e amortização, que têm de ser produzidos fora do QSD. Não há um mecanismo para registar eventuais atrasados da dívida do sector privado.
- Para a dívida interna, o QSD requer que o utilizador introduza projecções do stock da dívida interna, de pagamentos de juro e amortização para a dívida de curto prazo, e de médio a longo prazo, em milhões ou mil milhões de US dólares. Como estas projecções de dados não podem ser geradas dentro do QSD, o modelo da Dívida Interna do PFC PPME foi actualizado para elaborar projecções de desembolsos para entrada no QSD usando Copiar/Colar de Excel. O modelo actualizado encontra-se disponível nas páginas de Recursos Técnicos da secção só para membros de [www.hipc-cbp.org](http://www.hipc-cbp.org).